

Pensamento Social Brasileiro em perspectiva: história, teoria e crítica

Brazilian Social Thought and Historical Studies: a critical perspective

Thiago Lenine Tito Tolentino

<https://orcid.org/0000-0002-1257-9609> 

RESUMO

O presente artigo pretende realizar uma reflexão crítica e historiográfica acerca do termo “pensamento social brasileiro”. Neste sentido, retomaremos seus processos e mudanças de significados e usos, assim como sua incorporação pelo campo das ciências sociais brasileiras. Assim, recompomos as variantes do pensamento social brasileiro na história intelectual brasileira, apontando alguns de seus usos e mobilizações na imprensa e, posteriormente, a sua consolidação acadêmica e universitária, a fim de atestarmos sua pertinência conceitual. Ao final do artigo, propomos uma revisão crítica acerca de tal perspectiva frente a algumas questões teóricas contemporâneas a partir do conceito de cultura intelectual.

ABSTRACT

This article intends to make a critical and historiographical reflection about the term “Brazilian social thought”. We will resume its processes and changes in meanings and uses, as well as its incorporation into the field of Brazilian Social Sciences. Thus, we recompute the variants of the term in the country’s intellectual history, pointing out some of its uses and mobilizations in the press and, subsequently, its consolidation in the academic and university contexts, to attest to its conceptual relevance. At the end of the article, we propose a critical review about this perspective in sight of some contemporary theoretical questions that derive from the concept of intellectual culture.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria da história; História intelectual; História da historiografia

KEYWORDS

Theory of history; Intellectual history; History of historiography

O que é pensamento social brasileiro (PSB)? Esta é uma daquelas perguntas simples cuja resposta não pode ser dada em poucas palavras. Se tomarmos o PSB como um conceito, poderíamos, seguindo Reinhart Koselleck (2006), retomar suas significações diacrônicas, a fim de chegarmos à história de suas apreciações e mobilizações. Porém, a categoria carece de definições precisas desde as primeiras utilizações na cultura intelectual brasileira e apenas nas últimas décadas conseguimos mapear avaliações nesse sentido.

Segundo Blumenberg, conceitos precisariam ter “clareza bastante para estabelecer diferenças quanto a todo o concreto que deva ser submetido a sua classificação” (BLUMENBERG 2013, p. 47). Todo conceito guardaria, porém, um grau de *generalidade*, sem cair, entretanto, na incongruência. Conceitos também operariam como *ferramentas*. Haveria um pragmatismo na mobilização de conceitos que apenas por capacidade de adaptação, “no curso do trabalho”, seriam válidos como meios cognitivos privilegiados. Nesse sentido, afirmava Kant: “Os juristas ainda procuram uma definição para seu conceito de direito” (KANT *apud* BLUMENBERG 2013, p. 95). Também a filosofia guardaria certa imprecisão: “A solidez da matemática se baseia em definições, axiomas, demonstrações. Contentar-me-ei em mostrar que nenhum destes elementos, no sentido em que o matemático os toma, pode ser realizado nem imitado pela filosofia...” (KANT *apud* BLUMENBERG 2013, p. 96).

Assim, certa indeterminação é inevitável na operacionalidade dos conceitos, de modo que a clareza pretendida terá de vir a partir do acompanhamento do “curso do trabalho” e aí poderemos saber se o PSB é um conceito e, o que mais importa, se é ferramenta eficaz no tratamento das questões levantadas pelos estudos históricos e culturais contemporâneos.

O Pensamento Social Brasileiro na imprensa

Devemo-nos habituar a que o conceito não é evidente por si mesmo. Dizer "isto é um elefante" pressupõe a pergunta "que é isso?". A pergunta se funda no fato de que não é evidente haver visto aquilo que é e o que significa, o que aí sempre se encontra, que se possa supor ou aguardar (BLUMENBERG 2013, p. 71).

É uma constatação da história cultural brasileira que a imprensa cumpriu, entre meados do século XIX e meados do XX, papel fundamental na formulação de saberes diversos, divulgação de produções simbólicas, promoção de debates, nos eventos políticos, culturais e sociais, nas mobilizações religiosas, assim como foi fonte de emprego ou de rendimentos para profissionais de diferentes áreas (SODRÉ 1966; MICELI 1977; OLIVEIRA 1990; MOREL 2005; TEIXEIRA 2001; VELLOSO 2015). Como afirmara sinteticamente Oswald de Andrade em seu *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, também ele publicado em páginas de jornal: "No jornal anda todo o presente" (ANDRADE 1924, p. 2).

A expressão "pensamento social" aparece já nos anos 1830 na imprensa brasileira. Na primeira ocorrência por nós encontrada, o termo foi mobilizado pelo político, escritor e tipógrafo Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. Nesse período incipiente da imprensa no país, os jornais seriam, em geral, "órgãos políticos por excelência – tribunas doutrinárias", tornando-se a "expressão de uma personalidade, refletindo-lhes as ideias, os sentimentos, o feitiço moral" (SOUSA 1936, p. 53). No lançamento do jornal *O Correio do Imperador ou o Direito de Propriedade*, Patroni definia seus projetos na tumultuada realidade política da Regência:

Encetamos uma nova carreira, a carreira mais brilhante, que até agora se tem trilhado na Política do Brasil! [...] Os egoístas, inimigos do Brasil, inimigos da Monarquia Constitucional e da nossa augusta santa Religião Católica, certamente que hão de

levantar gritos altos e descompassados [...]. Nós só queremos que se dê seu a seu dono: ora isto é justamente que se chama *direito de propriedade*. Por conseguinte, o nosso *justo meio*, isto é, o direito de propriedade, cada um no que é seu, o Senhor D Pedro II no *seu* trono constitucional [...]. (PATRONI 1836a, p. 1).

Patroni, admirador dos irmãos Antônio Carlos, José Bonifácio e Martim Francisco de Andrada, tratara de uma nova maneira de se distribuir benesses ou “recompensas” concedidas pelo Estado:

Um fato bem simples que deu origem à composição do Código de Recompensas. Seu autor tinha ouvido dizer que os Srs. *Andradas* [...] conferiam os empregos e condecorações aos homens beneméritos, sem que lhes fosse necessário pedir ou adular, isto é, sem patronato [...]. Este fato foi um raio de luz, refletindo de um cristal ao pino do meio dia: o *Douto Patroni* não pôde encarar com ele; e sua alma subindo logo ao mais elevado pensamento social - o *direito de propriedade* - saiu o Código das Recompensas [...] (PATRONI 1836b, p. 3-4).

Assim, o “pensamento social” era vinculado à questão da propriedade privada, da defesa da religião católica e do direito adquirido em meio à sociedade imperial.

Em 1883, o jornal *O Libertador – órgão da sociedade cearense libertadora*, ao celebrar o fim da escravidão em Mossoró, no Rio Grande do Norte, falava que “o Sertão vem neste momento fazer visitas ao mar” e que “três mil pessoas carregando a bandeira nacional e as bandeiras abolicionistas, vitoriavam a igualdade humana!”. Seria uma “noite civilizadora”, na qual “o pensamento social fraternizava-se nas choças e nos palacetes” (MOSSORÓ 1883, p. 2). O “pensamento social” atingiria o principal problema do Império: a escravidão, mobilizando uma “solução” conciliatória entre as “choças” e os “palacetes”.

A maior recorrência da noção pensamento social na passagem do século XIX para o XX é a articulação entre

princípios católicos e maneiras de se conter os conflitos entre trabalhadores e proprietários. Tal perspectiva encontra-se nos escritos do padre Júlio Maria, figura central no processo de rearticulação da Igreja Católica no interior da República (FREYRE 1974; 1962; ROMANO 1979; RODRIGUES 1981; ARDUINI 2011; PAULA; RODRIGUES, 2012). Inspirado pelas encíclicas do Papa Leão XIII, J. Maria defendia que aí se manifestava o “mesmo sentimento do Cristo Jesus” e que a “fome física da multidão não era mais sagrada para o Messias do que é hoje para o seu Vigário a fome de direito, de justiça e de verdade que oprime o povo” (MARIA 1898, p. 1).

A República conhecerá uma expansão do uso do termo “social” em vários campos, inclusive no pensamento socialista (GOMES 2005). Falava-se, então, em “romance social” ou numa “poesia de ação” que tratariam de questões relacionadas à pobreza das cidades, ao analfabetismo, à emergência do anarquismo e do socialismo, de modo que um poeta como Olavo Bilac aceitava ser visto como um “apóstolo-socialista” (BILAC *apud* RIO 2006, p. 18). A “questão social” tomava as páginas dos jornais com noticiários sobre greves, ações de anarquistas, conflitos entre trabalhadores e patrões, misérias no campo e nas cidades (NAXARA 1991; HARDMAN 2002). A palavra “social” parecia conter um teor “explosivo”, num contexto em que a expressão “luta de classes” circulava de maneira ampla na imprensa, ainda que para ser criticada pelo “pensamento social católico” ou para denunciar o seu maior teórico, conforme pregação do arcebispo do Rio de Janeiro, Sebastião Leme, no primeiro número da coluna “Ação Católica” no Brasil, publicada em jornal de circulação nacional:

O fator econômico adquiriu tal prevalência, nos nossos dias, que até parece ter mudado a fisionomia de todos os outros valores, dando aparências de verdade à ideologia do autor do *Kapital*. [...] O materialismo histórico de Marx abriu a falência, após a dolorosa experiência da Rússia. Onde encontrar a solução da incógnita inquietadora? No retorno à moral do Evangelho, única capaz de despertar nas consciências, o sentimento de solidariedade humana, hoje em dia obliterado, única capaz de

levar à inteligência do proprietário a convicção da função social da riqueza (LEME 1927, p. 11).

É na década de 1930 que a expressão pensamento social ganha o complemento “brasileiro”. Não há, porém, ao que parece, uma obra que defina tal PSB como um conceito àquela altura. É segundo o seu uso que podemos perceber as modificações que o termo “brasileiro” trouxe ao campo semântico do pensamento social. Notamos um primeiro emprego em anúncio de palestras promovidas pelo Centro Oswald Spengler, no Rio de Janeiro: “Prosseguindo a apresentação das várias correntes do pensamento social brasileiro, dominantes da dinâmica da entrosagem social; realiza [...] mais uma sessão extraordinária [...] o Centro Oswaldo Spengler” (UMA CONFERÊNCIA 1933, p. 8).

O centro foi fundado em 1933 (SKOLAUDE 2016, p. 24) e tinha como presidente Aben-Athar Netto (UMA CONFERÊNCIA 1934, p. 11). Netto era da Ação Integralista Brasileira (AIB) e, no ano de 1937, desencadeara uma dissidência na AIB, lamentando que “o velho sentido reacionário” teria permanecido “a serviço de um indivíduo audacioso e sorrateiro: Plínio Salgado” (DECLARAÇÕES 1937, p. 3). Não há muitas informações acerca do Centro. Ele revela, porém, a recepção da obra do alemão Oswald Spengler no Brasil, que ocorrera já no início dos anos 1920 e continuara pela década seguinte. Em 1923, João Ribeiro lia o autor de “O Declínio do Ocidente” (1918-1922) como um diagnóstico de fins dos tempos:

Lançando as bases da morfologia histórica e estudando a analogia das várias culturas, Spengler anuncia-nos a – “Queda do Ocidente” – a morte da civilização atual [...]. É realmente um quadro lúgubre o das perspectivas que nos cabem no século presente. (RIBEIRO 1923, p. 1).

Outros autores apropriaram-se do pensamento de Spengler como referência teórica para a confecção de suas obras, como Tristão de Athayde (TOLENTINO 2016); Mário de Andrade

(BERRIEL 1987); Gilberto Freyre (FREYRE 2003) e Sérgio Buarque de Holanda (MATA 2016).

A conferência anunciada pelo Centro teria como palestrante o crítico literário Agripino Grieco que trataria da “grande vida” e da “grande obra” de Vicente Licínio Cardoso (UMA CONFERÊNCIA 1933, p. 8). Assim, num momento de nacionalismo exacerbado, não faltando tinturas integralistas, o recém-cunhado termo PSB era representando pelo nome de Licínio Cardoso, autor de importantes obras acerca da realidade nacional, com destaque para o livro coletivo por ele organizado em 1924, “À margem da história da República”, que contou com Oliveira Vianna, Gilberto Amado, Tristão de Athayde, Ronald de Carvalho, Pontes de Miranda, Carneiro Leão, Jonathas Serrano, dentre outros (CARDOSO 1990).

A historiografia brasileira afirma a emergência nos anos 1930 de um nacionalismo que, mais do que contundente, como já o era na Primeira República (OLIVEIRA 1990; LUCA 1999; DUTRA 2005), torna-se política deliberada de Estado (GOMES; OLIVEIRA, VELLOSO 1982; BOMENY 2001). Destacam-se, ainda, novos rumos dos empreendimentos de produção do saber, englobando aí a criação de Universidades, a promoção de políticas editoriais de largo alcance (DUTRA 2006; FRANZINI 2006), as modificações na imaginação literária e ficcional (BUENO 2006) etc. No anúncio da palestra, eram convidados os nomes do PSB “dominantes da entrosagem social”, ou seja, aqueles que, seguindo Spengler, poderiam definir a *morfologia* da sociedade brasileira. Gilberto Amado, Múcio Leão, Renato Almeida e Arthur Ramos estiveram entre os conferencistas do Centro.

O PSB que aparece nas formulações do Centro Oswald Spengler, apesar de não ser um conceito claro, traz em si o *trabalho* de organização dos saberes. Destaca-se aí a *seleção* de perspectivas intelectuais identificáveis com o olhar do cientista social, num compromisso com a “objetividade” e com o saber “científico” que se tornam recorrentes nos anos 1930. Há outro ponto importante: o “social”, que era termo “explosivo” na

cultura intelectual brasileira, passou, com a fórmula PSB, a se identificar com o saber especializado, com alguma coisa entre sociologia, história, ciência política e cultura.

Nos anos 1940, a livraria José Olympio divulgava a “Coleção Documentos Brasileiros”, cujo primeiro volume foi “Raízes do Brasil” (1936). Àquela altura, sua direção havia passado das mãos de Gilberto Freyre para a coordenação de Octávio Tarquínio de Sousa. A livraria destacava que a coleção:

[...] representa alguma coisa de muito forte na cultura brasileira contemporânea. Sua orientação, a bem dizer, é uniforme. Rigoroso critério de seleção de autores e livros, presa a um espírito louvável de nacionalização, a manter o rumo que vem mantendo, poderá mesmo ocupar um capítulo na história do moderno Pensamento Social Brasileiro (LIVROS 1944, p. 3).

O “moderno pensamento social brasileiro” é associado aos nomes de Cassiano Ricardo, na obra “Marcha para o Oeste”, José Carlos de Macedo Soares, no livro “Fronteiras do Brasil no Regime Colonial”, e Gilberto Freyre, com “Casa Grande e Senzala”. Assim, vemos o PSB articulado com o que a notícia nomeava “grandes estudos de sociologia nacional” (LIVROS 1944, p. 3). Vinculado a tais “estudos”, o PSB é mobilizado em diferentes regiões do Brasil e torna-se termo relativo à formação de algum cânone acerca da compreensão do “homem brasileiro” e dos “problemas nacionais” (CHIARELLO 1949, p. 3). Não há, porém, um consenso acerca de tais nomes canônicos, podendo abrigar figuras como Alberto Torres, Farias Brito e Euclides da Cunha. A obra deste último, “Os Sertões”, seria a “bíblia do pensamento social brasileiro” (CHIARELLO 1949, p. 3).

Nos anos 1960, o PSB consolida-se como campo de saberes acerca da realidade nacional em diferentes âmbitos. Em editorial do *Jornal do Brasil*, que tinha Alberto Dines como editor-chefe, afirmava-se que “quem recapitula o Pensamento Social Brasileiro das últimas duas décadas percebe que há muitos nacionalismos” (NACIONALISMOS 1967, p. 6).

Com referências ao então recém-extinto ISEB (Instituto Superior de Estudos Sociais) e sua tese desenvolvimentista, o editorial enumerava a existência de três nacionalismos à época: de fins, de meios e o emocional. O primeiro seria “moderado”, não importando se o desenvolvimento viria com “capitais brasileiros ou alienígenas”, ao passo que o segundo seria “esquerdista”, avaliando que o “capital estrangeiro representa o mal absoluto” (NACIONALISMOS 1967, p. 6). A realidade, porém, manteria o predomínio de um “nacionalismo emocional” que se basearia no “vago temor dos capitais estrangeiros e na crença de uma *conspiração internacional* contra o Brasil” e, sendo “antidesenvolvimentista”, constituía o “paradoxo de ser um nacionalismo antinacionalista” (NACIONALISMOS 1967, p. 6). O PSB agregava, então, o horizonte desenvolvimentista que se tornara um eixo para os diagnósticos nacionais.

Nos anos 1970, temos a repercussão dos debates universitários, inclusive denunciando-se sua precariedade:

A reflexão teórica no campo da Sociologia do Brasil é uma atividade que não encontra ainda os incentivos básicos que lhe garantam a continuidade e o progresso. As tradições do pensamento social brasileiro, o tipo de estrutura do sistema universitário, os caracteres negativos do ambiente intelectual e as expectativas societárias relativas às ciências humanas não alcançaram o ponto de maturação condizente com o estabelecimento dos requisitos essenciais à produção científica em geral (SOCIOLOGIA 1972, p. 32).

Aí, o PSB já estava vinculado à universidade, relacionado à sociologia e com figuras de destaque, como se depreende da notícia sobre o lançamento da obra “Revolução Burguesa no Brasil”: “Florestan Fernandes, ex-professor de Sociologia da Universidade de São Paulo [...] é uma das maiores figuras do Pensamento Social Brasileiro e de prestígio para além de nossas fronteiras” (A REVOLUÇÃO 1978, p. 75).

O PSB era associado à formação de cientistas sociais, como revelam as entrevistas com as “brasilianistas” Lígia Sigaud,

Lúcia Lippi Oliveira, Aspásia Camargo, Maria Vitória de Mesquita Benevides, Amélia Cohn e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Na ocasião, Aspásia é apresentada como “formada em ciências sociais e com pós-graduação em Pensamento Social Brasileiro” (BUNTENMULLER; LYRA 1976, p. 88).

Na imprensa, transparecem alguns efeitos do “controle” universitário do PSB, conforme análise de Antonio Celso de Souza e Silva a respeito da obra “Ordem burguesa e liberalismo brasileiro”, de Wanderley Guilherme dos Santos. Na ocasião, destaca-se que um recorte temporal que remontaria ao século XVI não contaria com mais de uma centena de nomes, de modo que, se elencados a partir de 1940, restaria ao “patrimônio do Pensamento Social Brasileiro nada mais que 50 autores, os quais boa parte vítima da miopia provocada por distorções de interpretação científica” (SOUZA E SILVA 1979, p. 41). No mesmo sentido, o PSB tem seus cânones definidos reiteradamente: “‘Casa Grande e Senzala’ [...] ‘Retrato do Brasil’ [...] ‘Raízes do Brasil’ [...] e ‘Formação do Brasil Contemporâneo’ [...] estruturam o fundamento do Pensamento Social Brasileiro [...]” (OBERG 1988, p. 51). Disputa-se, ainda, a orientação do PSB:

[...] foi de inspiração marxista, ortodoxa ou não, boa parte do melhor Pensamento Social Brasileiro dos últimos 50 anos: basta lembrar Caio Prado Júnior, Nelson Wenerck Sodré e Fernando Novaes na historiografia; Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando H Cardoso e Francisco Weffort, na sociologia e na teoria política; Celso Furtado e Francisco de Oliveira, na economia; José Artur Gianotti, Marilena Chauí e Leandro Konder, na filosofia; Antônio Cândido e Roberto Schwarz, na crítica literária (COUTINHO 1989, p. 47).

No âmbito cultural mais largo, o PSB era mobilizado em sentidos e contextos variados. Denunciava-se o descaso com o acervo de Oliveira Viana, destacando os dez mil livros de sua biblioteca em Niterói, que seria “bastante representativo para o Pensamento Social Brasileiro e universal” (LAPA 1978, p 15). Nos trânsitos internacionais, Francisco Weffort anunciava a possível publicação em Cuba do livro “Casa Grande & Senzala”:

“Preocupado com a renovação do pensamento social brasileiro, foi-me necessário, porém, começar mais atrás, com alguns dos nossos grandes livros de sociologia e política dos anos 20 e 30” (CUBA 1980, p. 9). Freyre, por sua vez, agradecendo as palavras de Raymundo Faoro no Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco, reconhecia no autor de “Os donos do poder”, que “tanto enriqueceu o pensamento social brasileiro”, uma das “mais completas expressões de pensador, além de político, social” (FREYRE 1984, p. 11) no Brasil. Já o cineasta Nelson Pereira dos Santos comentava que seu filme “Tenda dos Milagres” pretendia “discutir a realidade social através da História e fala da formação do próprio pensamento social brasileiro” (SANTOS apud SHILD 1987, p. 37). Por fim, lamentava-se a falta de “autorreferência teórica nas ciências sociais”, de modo que o PSB não seria tão brasileiro assim:

Nossos pensadores e pesquisadores encontram-se definitivamente convertidos à teorização dependente. A imensa maioria é adepta da neutralidade metodológica e axiológica, na linha cientificista tributária de Durkheim, de Weber, de Parsons, conforme o projeto mapeado por Comte. Na contracorrente socialista e freudo-marxista, a crítica encontra-se emaranhada nas dúvidas tematizadas por Gramsci, pelos frankfurtianos, por Lacan, Althusser, Foucault e os neo-kantianos em geral. Tanto no polo positivista quanto no polo dito revolucionário, o Pensamento Social Brasileiro é um pensamento definitivamente dependente, tributário (VIEIRA 1987, 51).

Da história das ideias ao pensamento social brasileiro

Djacir de Menezes escrevia na antologia “Brasil no pensamento brasileiro” (1956), que tal título era o mais adequado ao volume, pois traria textos que formariam a “consciência nacional” (MENEZES 1998, p. 15). A obra reuniria autores que não teriam feito o “transplante mecânico de concepções estranhas”, que seriam “brasileiramente preocupados com os nossos problemas”, que “pensaram como

intelectuais legítimos [...] buscando interpretar para agir” e que eram atuais: “Em nenhuma época se sente mais necessidade de estudar o passado do que nestes dias de incerteza, ante a decomposição dos estilos tradicionais do pensamento, cujos valores estão sob o fogo da crítica prestes a transmutar-se nos golpes de força” (MENEZES 1998, p. 21). O livro não possui marcos disciplinares precisos, sendo os parâmetros de seleção estipulados por juízos sobre a “consciência nacional”. Ele traz, como muitos que lhes seguirão, a formação de cânones, contando nomes como Frei Vicente de Salvador, José Bonifácio, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, João Ribeiro, Miguel Reale, Farias Brito, Alceu Amoroso Lima, dentre muitos outros, elencando, ainda, José de Alencar, Graça Aranha e Lima Barreto,¹ ressaltando-se o “critério didático e sociológico” defendido pelo autor (MENEZES 1998, p. 15).

A “Antologia do Pensamento Social e Político brasileiro” (1968), de Luís Washington Vita, possui similaridades com a obra de Menezes, ambos os autores membros do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), fundado em 1949 por Miguel Reale. A organização do volume foi feita por encomenda do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana, com sede em Washington, que já havia lançado uma “Antología del pensamiento social y político de América Latina” (1964). Vita esclarece que a “história das ideias” já seria uma “categoria na qual poderia considerar-se qualquer tema relacionado com a filosofia, o pensamento social e político, e as ideias de qualquer classe”, de modo que o “pensamento social e político” é tomado “num sentido largo” que abarcaria as “ideias sobre a organização dos poderes políticos ou sobre relações sociais” (VITA 1968, p. 10). Ele lamenta o fato de “cortar autores relevantes” como Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Abordando desde o “pensamento colonial” até produções recentes à época, destaca-se o vocabulário filosófico dos recortes temáticos: saber de salvação, saber de ilustração, ecletismo, krausismo, neotomismo, reacionarismo numinoso, Escola de Recife, Heterodoxia positivista, sentido da nacionalidade, pervivência cientificista, dimensão filosófica do

1 - Não são selecionadas obras “ficcionalistas”, mas “Eleições e seleção negativa”, de Alencar; “O pessimismo do brasileiro”, de Graça Aranha e “Rezas e orações”, de Lima Barreto. Cf. MENEZES 1998, p. 441.

modernismo e correntes cruzadas. A Antologia reunia nomes de Manoel da Nóbrega a Hélio Jaguaribe, mas também Mário e Oswald de Andrade (VITA 1968, p. 11).

A noção PSB é produto do século XX, de modo que a expressão era desconhecida pelos membros da geração de 1870 e apenas será mobilizada como organizadora do passado intelectual e científico do país a partir dos anos 1960. Em seu estudo sobre a "Escola de Recife"², Vamireh Chacon analisaria, seguindo as palavras de Sílvio Romero, o "desenvolvimento espiritual do país" (ROMERO *apud* CHACON 1969, p. 17), com destaque à "influência intelectual" da "Escola" que culminaria no Código Civil de 1916, redigido por Clovis Beviláqua. Ele faria uma "história das ideias" (CHACON 1969, p. 23) e seu objetivo seria afirmar a "prioridade nordestina no pensamento brasileiro", elencando autores como Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Sílvio Romero, Tobias Barreto e Aníbal Falcão, dentre muitos outros, tomados a partir dos núcleos de Fortaleza e Recife. Nomes que conformariam o "maior movimento de ideias na América Latina" e representariam uma "contribuição *global* à evolução nacional" (CHACON 1969, p. 186).

No levantamento efetuado por Angela Alonso sobre os principais artigos, livros, manifestos, circulares eleitorais, memórias e opúsculos produzidos pela chamada geração de 1870, notamos a ausência do termo "social"³ nos títulos de tais publicações (ALONSO 2002, p. 347-363). Porém, o tema da "representação social" ganhou espaço entre intelectuais do fim do século XIX, na conjunção entre os saberes etnográficos e historiográficos, a fim de se construir a "verdade" da sociedade brasileira e a constituição (problemática) da soberania popular (TURIN 2009, p. 179). Isso numa época em que o "povo" era tomado, ora segundo um conceito "abstrato" e político que era bastante restritivo; ora segundo os saberes *científicos* sociológicos e históricos mais amplos, que o definiam por "raça", "língua", "costumes", "meio físico" e "influências estrangeiras", mas "fora do domínio político" (PEREIRA 2011, p. 264).

2 - Sobre análise da "Escola de Recife" como "tradição inventada", ver: ALONSO 2002, p. 134-135.

3 - Exceções a se destacar são os "Estudos Sociais e Literários" (1882), de Ciro de Azevedo; o texto "Questões sociais - A imigração na América do Sul" (1882), de Alberto Sales; "Cenas da vida amazônica - ensaio social" (1887), de José Veríssimo, e "Taxonomia Social" (1897) de Fausto Cardoso (ALONSO 2002, p. 347-363).

“O Brasil social é que deve atrair todos os esforços de seus pensadores” (ROMERO apud PEREIRA 2011, p. 246), afirmava Sílvio Romero, se dizendo farto das discussões políticas. Ao apreciar as origens da sociologia, Norbert Elias chama a atenção para sua relação com a intensidade dos “conflitos sociais” nos contextos posteriores à revolução industrial, de modo que “houve uma tendência crescente para que se conduzissem as lutas sociais não tanto em nome de determinadas pessoas, mas antes em nome de certos princípios impessoais e de certas crenças” (ELIAS 1999, p. 66). Tais “princípios impessoais” seriam os reguladores da “sociedade” tomada agora como um objeto de conhecimento autônomo, a sociologia, tal como formulado por Augusto Comte. Acerca da “representação social”, considera Elias Paltí: “A noção de representação social é, em definitivo, inseparável de um saber, de uma ciência do social; pressupõe uma determinada sociologia” (PALTÍ apud TURIN 2009, p. 179).

Assim, o termo “social” é associado a um novo objeto científico, à “sociedade” que, não obstante, nasceria dos próprios conflitos pós-industriais, notadamente em torno da divisão do trabalho, tema, aliás, privilegiado por Émile Durkheim (GIDDENS 1976, p. 723), mas que não se restringiria a ele, a exemplo dos estudos sociais oitocentistas brasileiros. Como já dissemos, a “questão social”, entendida como conflitos entre capital e trabalho, era tema recorrente na cultura intelectual brasileira da Primeira República e “combinava-se com a questão nacional” (HARDMAN 2002, p. 55). José Veríssimo a considerava a “herança” do século: “teve a economia política a utilidade de manter desperta a atenção para o grande problema da chamada questão social, cuja solução o século XIX lega a seus sucessores” (VERÍSSIMO apud HARDMAN 2002, p. 332). Talvez por isso, Gilberto Freyre, em seus esforços de consolidação da sociologia como disciplina científica entre nós, tanto em seus cursos na Universidade do Distrito Federal (UDF), quanto na obra “Sociologia: uma introdução aos seus princípios” (1945), reiterava a necessidade de se dissociar sociologia de socialismo (MEUCCI 2006, p. 189).

Freyre tratou da distinção entre “social e sociológico”, explicando que “o *social* compreende todas as relações, atividades e produtos que se referem à associação entre seres humanos; ao passo que o *sociológico* diz respeito, tão somente, aos processos de socialização” (MEUCCI 2006, p. 190). Abordando o mesmo tema, mas de maneira distinta, Donald Pierson, no mesmo ano, defendia, em “Teoria e Pesquisa em Sociologia” (1945), que o objeto da sociologia seria o “*grupo social, sua origem, estabilidade e subsequente desintegração*” (PIERSON *apud* MEUCCI 2006, p. 190). Tal distinção de perspectivas passará a representar posicionamentos de instituições diferentes, em que Pierson se associava à Escola de Sociologia e Política (1933) da Universidade de São Paulo, criada com auxílio de missões estrangeiras (MASSI 1998), e Freyre, que fundara o Instituto, posteriormente, Fundação Joaquim Nabuco (1949). Autores uspianos, como Octavio Ianni e Florestan Fernandes, fizeram duras restrições aos trabalhos de Freyre. Ianni pôs a sociologia do pernambucano entre aspas, considerando-a uma “concepção particularista” (MEUCCI 2006, p. 259), e Fernandes o acusava de cometer “virtuosismo sociológico” e prolongar “discussões periféricas” (MEUCCI 2006, p. 276). Freyre respondia considerando, dentre outras coisas, que “os cientistas que escrevem mal têm horror aos que escrevem bem: tratam-nos de resto, considerando-os com o mais soberano desprezo, ‘literatos’” (FREYRE *apud* MEUCCI 2006, p. 263) e lembrava seu reconhecimento no exterior, especialmente na França, onde sua produção era qualificada como uma antropologia ou sociologia existencial (MEUCCI 2006, p. 273). Interessa-nos nesse debate que tais críticas a Freyre o classificavam em meio ao que se passou a nomear “ensaísmo”, que seria uma manifestação “pré-científica” das disciplinas das ciências sociais (MEUCCI 2006, p. 243).

Entramos, então, no processo de consolidação do ensino superior e da pós-graduação do ensino e pesquisa em ciências sociais no Brasil, com a criação da Universidade de São Paulo -USP (1933); da UDF (1935-1939); do IBF (1949); da Fundação Joaquim Nabuco (1949), do ISEB (1955-1964); da pós-

graduação em ciências sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA – 1962); do Centro de Estudos Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1963); da pós-graduação em sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE – 1967); do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ-1969); do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV, 1973); da pós-graduação em sociologia do desenvolvimento da Universidade Federal do Ceará (UFC – 1976), dentre outros (BARREIRA; CÔRTEZ; LIMA 2018, p. 83-85).

A criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) teria papel decisivo na consolidação do campo disciplinar:

Com a criação da ANPOCS, em 1977, e, em parte, estimulados pela nova Associação, emergiram outros programas de pós-graduação na área de sociologia: o Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, inaugurado também no ano de 1977; o Mestrado em Sociologia, com área de concentração em sociologia rural, em Campina Grande, à época pertencente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), fundado em 1977; o curso de mestrado em ciências sociais da UFSC, implantado em 1978; o curso de mestrado em sociologia da Universidade Federal da Paraíba, criado em 1979, da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (UNESP), Araraquara, em 1980, e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1981; e o curso de mestrado em ciências sociais da UFRJ, aberto em 1983. (BARREIRA; CÔRTEZ; LIMA 2018, p. 85-86).

É a partir desse contexto de institucionalização das ciências sociais no Brasil que deveremos abordar os movimentos seguintes acerca do PSB.

Pensamento Social Brasileiro sob controle: caminhos e roteiros

No livro de W G dos Santos, "Roteiro do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)", podemos notar o empreendimento de se constituir uma história e uma tradição das ciências sociais no Brasil. Retrospectivamente, toma-se a obra do professor da USP, Fernando de Azevedo, "A Cultura Brasileira – Introdução ao estudo da cultura no Brasil" (1943), como marco primordial desse tipo publicação em seu duplo sentido: tanto como produto de um pensador social brasileiro vinculado à universidade, quanto uma história dessa mesma área do saber. Azevedo, entretanto, se utilizou do conceito "cultura", e não PSB.

Três vertentes são enumeradas no "Roteiro" de W G dos Santos: a institucional, a sociológica e a ideológica. A primeira diria respeito à criação das instituições superiores dedicadas às ciências sociais no país, faculdades, institutos, cursos de pós-graduação etc. que formalmente inaugurariam a profissão de cientista social nos anos 1930. Às instituições somam-se os pressupostos epistemológicos referentes ao advento das "técnicas modernas de investigação social – os estudos de campo por amostragem, o questionário, a entrevista" (SANTOS 2002, p. 30). Essa vertente deve ser destacada, pois ela delimita um corte hierárquico entre produções "pré-científicas" e "científicas" na história da investigação social no país.

A segunda vertente, sociológica, remete à necessidade de se analisar a estrutura social e econômica que condicionaria a própria emergência das instituições de ciências sociais, assim como as preocupações, as questões, os paradigmas, as hipóteses e as variações nos conteúdos dos investigadores. Consequentemente, seria possível, em última análise, "deduzir os atributos ou dimensões do pensamento social dos atributos e dimensões do processo social" (SANTOS 2002, p. 31). A terceira vertente, ideológica, se desenvolveria na análise dos textos associados ao PSB, de modo a caracterizar seus

conceitos, pressupostos metodológicos, perspectivas e sentido geral (SANTOS 2002, p. 36). O autor termina por delimitar marcos originários do PSB, ainda que seu trabalho recue para além do período mencionado:

Entre 1930 e 1939 produzem-se no Brasil as mais argutas análises sobre o processo político nacional, elaboram-se as principais hipóteses sobre a formação e funcionamento do sistema social, e articula-se o conjunto de questões que, em verdade, permanecerão até hoje como o núcleo fundamental embora não exaustivo de problemas a serem resolvidos teórica e praticamente (SANTOS 2002, p. 44).

Apresentadas as três vertentes, não há uma definição sobre o que seria o PSB. Porém, já podemos considerar que os integrantes de tal tradição seriam autores que contribuíram com as ciências sociais no Brasil ou a prefiguraram, constituindo-se em cientistas e pré-cientistas que procuraram e procuram *explicar* o país. Percebemos que o termo PSB passa a ser associado a *textos* qualificados como de reflexão social, investigação social, análise social e imaginação política e social, que parecem refletir certa precariedade na conceituação. Inclusive porque o marco institucional não garante a identidade do PSB, de modo que o trabalho de Santos adota o recorte temporal entre os anos 1870 e 1965, mas não titubeia em considerar que os nomes aí reunidos poderiam ir de José Bonifácio de Andrada a Fernando Henrique Cardoso (SANTOS 2002, p. 15).

Em sua “Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro”, Ronaldo Aguiar segue os passos de Santos e se diz influenciado pela obra de Otto Maia Carpeaux, “Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira”. Interessante lembrar que a “literatura brasileira” foi expressão controversa e submetida a polêmicas quanto a sua definição, e mesmo existência, já no século XIX e, no século XX, conheceu variadas posições críticas a seu respeito em autores como Antônio Cândido, Afrânio Coutinho, Haroldo de Campos, Luiz Costa Lima, Silviano Santiago e outros (SANTIAGO 2015).

Quanto ao PSB, Aguiar, a fim de recompor os “autores mais representativos das diferentes épocas dos estudos sociais e políticos no Brasil”, não admite o marco *antes e depois* dos anos 1930, considerando-o um “indesculpável reducionismo” e elenca nomes que vão de Frei Vicente do Salvador até Fernando Henrique Cardoso (AGUIAR 2000, p. 53) e avalia que uma história do PSB está “ainda por ser escrita” (AGUIAR 2000, p. 14)

No livro organizado por Lilia Schwarcz e André Botelho, “Um enigma chamado Brasil – 29 intérpretes e um país” (2009), são elencados nomes que vão do Visconde do Uruguai até Roberto Schwarz e Fernando Henrique Cardoso. Reconhecemos nas três obras, assim, o esforço de produção de um cânone do chamado PSB com especial destaque à consolidação de nomes vinculados à sociologia paulistana. Ao mesmo tempo, nessa última obra, destaca-se a inserção do termo “intérpretes” para qualificar tais autores canônicos. Tal modificação é importante, uma vez que, como vimos, o PSB foi vinculado à emergência das ciências sociais no país e que, nessa condição, se distinguiriam de outras visões do Brasil pelo seu caráter explicativo, científico e metodologicamente controlado.

O PSB tem sido objeto de reflexões teóricas contundentes. A própria obra de W. G. dos Santos já representava uma crítica às perspectivas de Florestan Fernandes, com pitadas de rivalidades entre Rio de Janeiro e São Paulo (RODRIGUES 2017). Em “Linhagens do pensamento político brasileiro”, Gildo Marçal Brandão retoma a institucionalização das ciências sociais no país, a diversificação das áreas de pesquisa e o intercâmbio entre o chamado PSB e o “pensamento político brasileiro”, ressaltando tratar-se de uma área de fronteira, entre a ciência e a política (BRANDÃO 2005, p. 232). Brandão propõe uma abordagem diferenciada da tradição do pensamento social e político brasileiro, sem, no entanto, alterar o seu cânone, procurando, antes, reconfigurá-lo a partir de “famílias intelectuais” e “formas de pensamento” que o caracterizariam,

exemplificados a partir de conceitos como “idealismo orgânico” e “idealismo constitucional” de Oliveira Vianna, “marxismo de matriz comunista” e outros (BRANDÃO 2005, p. 236-237). Seu foco, então, se voltaria aos “principais textos e conceitos que materializariam tais formas de pensar” (BRANDÃO 2005, p. 237) em autores como Tavares Bastos, Raymundo Faoro, Oliveira Vianna, Visconde do Uruguai e Rui Barbosa, reforçando sua imersão em um contexto histórico e linguístico, no que segue os passos de Quentin Skinner, a fim de perceber continuidades e rupturas em tais linhagens:

[...] reconhecer que a história das ideias, das ideologias e das teorias políticas é, em grande parte, um vasto cemitério, de tal maneira que a constituição de “famílias intelectuais” e formas de pensar é mais um resultado do que um pressuposto – padrões que se constituem ao longo de reiteradas tentativas, empreendidas aos trancos e barrancos por sujeitos e grupos sociais distintos, de responder aos dilemas postos pelo desenvolvimento social (BRANDÃO 2005, p. 251).

Christian Lynch, em “Por que *pensamento* e não *teoria*? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da questão periférica”, também trata da expansão do campo em instituições como a ANPOCS, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Lynch aborda a atuação de W. G. dos Santos, que teria superado tanto a tradição do “hegelianismo filosófico” do ISEB, quanto o “positivismo científico” associado à sociologia uspiana (LYNCH 2013, p. 728). O autor destaca o “batismo” que Santos teria realizado ao agregar o termo “político” ao pensamento social e a definição estrita do campo que aí foi efetuada:

Ao excluir deliberadamente da pesquisa “as obras estritamente históricas, antropológicas, psicológicas, econômicas, metodológicas e escolásticas”, Wanderley organizou o campo de estudos do *pensamento político-social brasileiro* no âmbito das ciências sociais (LYNCH 2013, p. 728).

A preocupação de Lynch gira em torno das categorias de pensamento político-social brasileiro, pensamento brasileiro e pensamento político brasileiro, perguntando-se sobre o porquê de tais denominações e da ausência de uma teoria ou filosofia política brasileira (LYNCH 2013, p. 730).

O autor argumenta que se trata de uma consciência periférica que enxerga o universalismo das concepções elaboradas nos “países centrais” como dignas dos nomes “teoria” e “filosofia”, ao passo que, no contexto nacional, caberia a nomenclatura de “pensamento”. Para comprovar tal tese, ele retoma textos de Sérgio Buarque de Holanda, Alberto Torres, Florestan Fernandes, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Sílvio Romero, Miguel Reale, Roberto Schwarz e outros. Tal situação, porém, não seria um quadro estático, mas encontraria modificações, tanto na valorização da tradição do “pensamento político-social brasileiro”, quanto nas críticas ao eurocentrismo e insuficiências dos modelos universalistas (LYNCH 2013, p. 732-775). Lynch conjectura possibilidades para o pensamento político periférico: “será possível [...] sugerir um método alternativo de estudá-lo, apto a suprimir a distinção qualitativa entre ‘teoria política’ (‘universal’ – cêntrico – superior) e ‘pensamento político’ (‘local’ – periférico – inferior)” (LYNCH 2013, p. 760).

4 - Tal apreciação é recorrente. Vide: Menezes 1998; Vita 1968; Faoro 1987; Brandão 2005.

Em “Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história e abordagens” (2016), Lynch retorna ao tema, não para solucionar a questão mencionada, mas para pontuar aspectos do “pensamento político brasileiro”, como os sentidos a ele atribuídos, sua variada caracterização e nomeação disciplinar em diferentes instituições de ensino superior e seu caráter “periférico” (LYNCH 2016, p. 75). Ele caracteriza o “estilo periférico” do pensamento político brasileiro que guardaria: menor grau de generalização e maior sentido prático⁴ das reflexões políticas; maior centralidade da retórica, da oratória e do argumento de autoridade; tendência dos autores a se apresentarem como pioneiros da modernidade cêntrica; maior diluição das posições extremadas; orientação acentuadamente prospectiva da política; abundância de “projetos nacionais”

dependentes da aclimação de modelos cêntricos (LYNCH 2016, p. 84-86). Lynch elenca as perspectivas teóricas dos trabalhos nos dias atuais (mannheimianos, lukacsianos e gramscianos) em diferentes instituições brasileiras, daí o artigo se configurar como uma “cartografia”. O autor ressalta a relação com a história dos intelectuais e dos conceitos, mas lamenta o “complexo de inferioridade” que persistira no campo, assim como o seu “eurocentrismo” (LYNCH 2016, p. 113).

Conclusão: do PSB à cultura intelectual

Vimos, ao longo desse texto, como o pensamento social foi mobilizado nas primeiras décadas do século XIX, conformando-se, no século XX, como PSB segundo parâmetros epistemológicos, institucionais, disciplinares e científicos, inclusive com a adição do termo “brasileiro” e, depois, “político” à sua denominação. Nesse processo, esvaziou-se o potencial “explosivo” do termo “social” relacionando-o antes à sociologia universitária, do que ao debate público mais amplo, ao mesmo tempo em que se criou um “caminho” para os estudos acerca da cultura brasileira, primeiramente com uma tradição de pré-cientistas e cientistas sociais e, mais recentemente, a partir dos “intérpretes” do país. O PSB consolidou uma espécie de “controle do imaginário”, parafraseando a expressão de Luiz Costa Lima, no campo das interpretações do país.

A adoção do termo “intérpretes” é sintoma do reconhecimento de certa falência das explicações totalizantes que tiveram voga no século XX (DOSSE 2004, p. 283-311). A interpretação pretende menos explicar um objeto do que *compreendê-lo*, retomando a oposição cara a Wilhelm Dilthey acerca das distinções epistemológicas entre as ciências naturais e as ciências humanas (REIS 2018). Trata-se, portanto, de uma perspectiva menos rígida e mais aberta à hermenêutica do que ao cálculo. Considerar o PSB como viés privilegiado para a história das interpretações do Brasil é situar em segundo plano toda produção literária, ficcional, artística, jornalística e institucional no Brasil como incapaz de produzir tais sínteses.

Afinal de contas, como mostramos ao longo deste texto, o PSB não é a literatura, não são as artes plásticas, nem os teóricos das cidades, os cronistas, chargistas, os propagandistas da moda, publicitários etc., de modo que um considerável número de agentes não pode ser enquadrado sob o termo.

Com o passar do tempo, o PSB parece se tornar uma espécie de espelho temporal dos cientistas sociais que buscam obras e constroem cânones que conferem identidade ao seu *métier* de maneira genérica, num duplo sentido: tanto como gênero de escrita segundo um modelo científico-racional de explicação de uma realidade, quanto, num sentido mais geral, abrigando produções que podem variar entre o ensaio, o artigo, a crítica, a monografia, a tese acadêmica etc. não havendo espaço, porém, para produções que escapem a tais formas discursivas, como a literatura, a canção, as artes plásticas etc. Por isso, um Frei Vicente de Salvador pode compor tal cânone e uma figura como Machado de Assis, não. Não se trata de mera seleção de nomes, mas da epistemologia que asseguraria a determinados tipos de discurso um caráter explicativo científico ou pré-científico que lhes afiançaria a entrada em tal tradição privilegiada.

A adoção da ideia de “intérpretes”, porém, nos convida a refletir acerca de tal lugar do PSB enquanto categoria de organização do saber acerca do Brasil. Afinal, a interpretação procura ser pertinente, sem pretender a univocidade, à totalidade e à necessidade. Neste sentido, podemos considerar sinteticamente:

A interpretação permite uma abertura, uma fissura entre o objeto e o intérprete que jamais esgotaria a peça musical, esta estaria sempre ali para novas interpretações. Uma interpretação é uma leitura, uma possibilidade de entendimento, e há muito vem sendo teorizada pelos debates historiográficos que, cada vez mais, abandonam os rigores de uma história social de cunho sociológico em função de uma história cultural aberta não só a novos objetos, mas à verificação de seu caráter epistemológico complexo, para não dizer frágil mesmo, não temendo, inclusive, as suas relações com o mundo ficcional. Assim, a realidade

brasileira tornar-se-ia essa peça musical passível de diferentes interpretações, podendo mesmo tornar-se, em alguns casos, irreconhecível. Ora, acontece que interpretar o Brasil não é nem nunca foi privilégio de nenhum segmento (TOLENTINO 2018, p. 19-20).

No dossiê sobre PSB publicado na revista *Lua Nova* e organizado por Schwarcz e Botelho, em 2011, encontraremos algumas perspectivas conceituais acerca do tema. A publicação reunia nomes como Renato Lessa, Elide Rugai Bastos, Sérgio Miceli, Ricardo Benzaquen Araújo e Luiz Werneck Viana dentre outros nomes que compunham o Grupo de Trabalho de PSB da ANPOCS, criado em 1981. Aí encontramos a definição de Sérgio Miceli:

A chamada área de pensamento social preservou esse título histórico, que tem muito mais a ver com certa prática intelectual de interpretar o país em chave macro, embora a maioria de seus atuais praticantes decerto se encaixe melhor em alguma das sociologias atuantes nesses universos de prática social: sociologia dos intelectuais, história social da arte, sociologia da literatura. Atraindo cientistas sociais de variada procedência disciplinar – história, sociologia, antropologia etc. – as práticas de investigação e de interpretação foram impelidas a dialogar com vertentes diversas da teoria sociológica contemporânea, desde Weber, Gramsci, Durkheim, passando por Raymond Williams, Pierre Bourdieu, Erving Goffman, até as monografias incontornáveis de Ringer, Christophe Charle, Stefan Collini, entre outros (MICELI apud BOTELHO; SCHWARCZ 2011, p. 143).

Na definição sucinta, temos no PSB a ideia de um “título histórico” vinculado a uma série de disciplinas sociais a ele ligadas.

Assim, haveria pensadores sociais “históricos”, que interpretariam o país em “chave macro”, e cientistas sociais atuais que praticariam alguma das disciplinas mencionadas. Restaria a dúvida sobre o que é “interpretar o país em chave macro”. A epígrafe do livro “Enigma chamado Brasil” traz a clássica sentença de Tom Jobim:

“O Brasil não é para principiantes”. A obra de Jobim é uma interpretação macro do Brasil? Seria ele um membro do PSB? Tais questionamentos poderiam se desdobrar acerca dos inovadores trabalhos de Esther Hamburger sobre PSB e teledramaturgia. Ao abordar obras de Dias Gomes, Lauro César Muniz e Walter Durst, a autora explora de maneira bastante contundente a maneira como tais produções reúnem uma gama rica e variada de elementos que, na realização audiovisual, mobilizam temáticas da indústria cultural, denúncias sociais, reprodução e crítica de estereótipos nacionais, narrativas em torno das identidades brasileiras, relações complexas entre campos da esquerda e da direita política no país, trânsitos entre gêneros musicais e artísticos sintetizados em uma narrativa singular (HAMBURGER 2011, p. 79-107). A questão, porém, retorna: seriam tais tele-dramaturgos integrantes do PSB?

E na função de “espelho” dos pesquisadores que trabalham no interior de tal campo disciplinar, a criação do PSB acaba por ser apreciada como dotada de certo caráter demiúrgico e totalizante. Assim, Jessé de Souza pode afirmar que Freyre “procurou e conseguiu criar um *sentimento* de identidade nacional brasileiro que permitisse algum ‘orgulho nacional’ como fonte de solidariedade interna” (SOUZA 2017, p. 21). O grifo é nosso. Note-se que se atribui a um sociólogo a capacidade de “criar” uma comunidade imaginada, um sentimento nacional compartilhado, que reconheceria em seu país um caráter único, dentre todos outros países do mundo. Seria isso possível? Ainda que se conferisse tal caráter inaugural à obra de Freyre, não teria tal “imaginário nacional” de ser “traduzido” e, portanto, apropriado e ressignificado por uma rede de instituições, agentes culturais, intelectuais, professores, artistas, publicitários, canções, produções impressas, audiovisuais etc., além dos próprios “brasileiros”? Mesmo a apreciação acadêmica dos escritos de Freyre era bastante controversa, para dizer o mínimo, conforme aludimos anteriormente. Jessé parece dar continuidade à sentença de Darcy Ribeiro, para quem sem a obra “Casa Grande e Senzala nós brasileiros não seríamos hoje o que somos” (CUBA 1980, p. 9).

Trata-se aí de uma “tradução” com fins publicitários, a frase original de Darcy era mais modesta, feita para o prólogo da edição venezuelana do livro: “Creo que podríamos prescindir de cualquiera de nuestros ensayos y novelas, aún cuando fuese lo mejor que hayamos escrito. Pero no pasaríamos sin CG y S sin ser diferentes” (RIBEIRO 1985, p. X). Christian Lynch afirma, por seu turno, que a “percepção periférica das elites ibero-americanas se refletiu num sentimento de inferioridade a respeito de seus produtos culturais” (LYNCH 2013, p. 739). Será que tal juízo poderia ser aplicado às apreciações de Tom Jobim ou do recém-falecido Joao Gilberto acerca de suas “produções culturais”, ou ainda do conjunto dos artistas, chargistas, escritores e cineastas brasileiros? Tal “deslize” que vai do PSB à produção cultural do país (e mesmo de um continente inteiro) revela o grau de “controle do imaginário” que tal perspectiva acabou imprimindo nas visadas acerca da história cultural brasileira.

Por sua força no interior das ciências sociais, o campo do PSB privilegiou certas explicações, hoje vistas como interpretações do país, segundo um cânone de viés sociológico. Ao tratar dos trabalhos de intelectuais humoristas na Primeira República, Monica Velloso fazia alusão ao vigor de modelos explicativos baseados na seriedade:

Um dos argumentos recorrentes nesse discurso é a vinculação imediata e crua do humor com os fatos cotidianos. Daí as categorias de superficial, ligeiro e menor que lhe são atribuídas. É como se existisse um saber superior pairando sobre a realidade acidentada do cotidiano, capaz de ordenar os fatos dando-lhes lógica e sentido, e é em função dessa ideia que se opera a cisão entre conhecimento e realidade. Delimita-se um repertório de temas, fatos e procedimentos considerados científicos e sérios; do outro lado ficam os temas estigmatizados como menores, sem importância e, sobretudo, banais (VELLOSO 2015, p. 135).

Não há dúvida que o PSB, na constituição de seu cânone, abraçou tal perspectiva de uma “ideologia da seriedade”. Em prefácio à obra de Gilberto Vasconcelos, “A ideologia curupira –

análise do discurso integralista”, Florestan Fernandes dizia não concordar com a “moda” de se estudar o integralismo, nem mesmo seria necessário preocupar-se em combatê-lo. Pois, “o que nos coube, na ‘virada fascista’ da história recente, merece mais a novela picaresca que a investigação sociológica séria” (FERNANDES 1979, p. 11).

Poderíamos ratificar tais palavras hoje? Parece-nos mais necessário não só estudar tais discursos e suas variações ao longo do tempo, como, principalmente, apreciar trajetórias como a do médico e humorista Madeira de Freitas (Mendes Fradique) que se torna fascista nos anos 1920 e integralista na década de 1930 (LUSTOSA 1993). Ele escrevera uma “História do Brasil Pelo Método Confuso” (1920) que recebera seguidas edições à época. Era, sem dúvida, um intérprete do Brasil, mas seria um membro do PSB?

Tais questões nos convidam para uma reavaliação da história intelectual no Brasil que precisaria, a nosso ver, para uma maior compreensão dos processos de produção, circulação e recepção dos bens simbólicos no país, expandir seus horizontes teóricos, a fim de apreciar a dinâmica de construção de sentidos e significados sobre as mais variadas questões na sociedade brasileira e em distintos segmentos e classes sociais. O próprio conceito de intelectual, raramente questionado pelos autores do PSB, precisa ser interrogado, a fim de não reproduzirmos ideias que antes carecem de reflexão, debate e argumentação, do que de reiterações autoevidentes. O PSB não se ajusta à maioria da produção dos intérpretes do Brasil, de modo que sua manutenção parece nos fazer optar entre Roberto Schwarz ou Machado de Assis.

Há algum tempo, abrimos mão de tal perspectiva, a fim de teorizarmos acerca da emergência de uma “cultura intelectual brasileira”, caracterizada antes por uma condição da dinâmica da produção, circulação e recepção de materiais simbólicos diversos no interior da sociedade brasileira, do que por algum aspecto canônico, realista, científico, epistemológico ou formalista. A cultura intelectual, que nomeamos ao longo

deste texto sem a definirmos, se associa, primordialmente, ao desenvolvimento dos meios de comunicação, da circulação de saberes por meios midiáticos (livros, jornais, revistas e impressões em geral, audiovisuais, produção fonográfica, radiofônica, televisiva, internet etc.), acionando agentes e grupos dos mais diversos *métiers* e múltiplas instituições profissionais, científicas, pedagógicas, artísticas e culturais que se multiplicam a partir da modernidade.

Walter Benjamin sinalizou para tal processo na modernidade a partir da caracterização da “informação jornalística” distinta das maneiras tradicionais da narração. A impessoalidade da primeira contrapõe-se à vivência das últimas, então em vias de desaparecer (BENJAMIN 1975, p. 40). Acerca do mundo contemporâneo, Jeffrey Barrash destaca a acentuação de tal processo na configuração da memória coletiva, indicando como a “reprodução em massa modificou a nossa maneira de perceber as imagens” (BARRASH 2016, p. 19). Em seus estudos sobre o nacional-socialismo, George L. Mosse fala de uma “conquista das sensibilidades” mediada por políticas públicas que investiram pesado nos meios de comunicação de massa (MOSSE 1994, p. 51). Assim, parece claro que a proliferação dos diversos meios de comunicação de pequeno, médio e grande porte, conjuntamente com outras instituições e agências, cumprem papel essencial na configuração da cultura. A própria dinâmica da circulação de edições, agentes, impressos, traduções e comercialização das obras dos “países cêntricos” e sua recepção no PSB faz parte de tal processo geral de formação de cânones (CASANOVA 2008).

Se o conceito de “cultura”, apesar da profusão de significações (CUCHE 1999), não provoca grandes reticências acerca de seu uso, o mesmo não ocorre com o termo intelectual. Falta-nos espaço para uma reflexão mais contundente. Porém, podemos realizar alguns apontamentos teóricos. Destacamos, a princípio, o caráter distinto de tal termo, quando mobilizado em línguas diferentes, de modo que, enquanto a história intelectual em língua inglesa tende a praticar uma história das

ideias revista pelas filosofias e teorias da linguagem (SKINNER 2000; POCOCK 2001; CARVALHO 2000), a história intelectual de língua latina e alemã, marcada pelos estudos de sociologia intelectual, procura caracterizar a emergência de um agente histórico específico, a constituição de um campo social, a análise de trajetórias, redes, climas, grupos, mediações culturais, instituições culturais e políticas, e também o trabalho com ideias e representações em geral (MANNHEIM 1976; BOURDIEU 1996; MICELI 1977; ORY; SIRINELLI 2011; GRAMSCI 1982; ALTAMIRANO 2005; GOMES, HANSEN 2016).

A pergunta sobre o intelectual hoje permite explorar as variações de suas apreciações, assim como certo desconforto que tal definição parece provocar. Se, por um lado, não é difícil identificar uma tradição normativa que retoma o *ethos* do agente engajado em causas coletivas e “universais”, tal qual monumentalizada na ação de Émile Zola no *affaire* Dreyfus (1898); por outro lado, o século XX assistiu às redefinições do “papel” de tal agente, olhando com desconfiança sua capacidade de “dizer a verdade ao poder”, como queriam os “dreyfusards” (NOIRIEL 2010, p. 77). Conclama-se, antes, que tais personagens intelectuais se voltem ao trabalho “específico”, reconhecendo que eles são, “ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’ do discurso” (FOUCAULT *apud* GOMES; MARGATO 2004, p. 9). Tais considerações também já estariam em crise: “A figura do intelectual especializado, como a encarnaram Michel Foucault e Pierre Bourdieu, já se tornou caduca. Hoje é ainda mais atomizada, especialistas que falam como especialistas e não mais problematizam nada” (NOIRIEL 2010, p. 259). No Brasil, a obra coletiva “O papel do intelectual hoje” (2004) retrata, dentre outros aspectos, o ciclo de professores universitários que, escrevendo para “próprios pares, não se cansam de lamentar o pequeno número de leitores, a debilidade cultural do contexto que os cerca” (FIGUEIREDO 2004, p. 147).

Assim, ao passo que nomes como Edward Said se veem como agentes dotados de “independência intelectual”,

atuando como uma espécie de “amador”, evitando vincular-se profissionalmente a qualquer instituição e engajando-se nas causas que apoiam (SAID 2005, p. 91) – uma espécie de intelectual liberal favorecido por seus próprios esforços; a história intelectual compreende uma série de agentes, escritores, artistas e profissionais cuja atuação pública, muitas vezes, se restringe à publicação de suas obras. Além disso, tal história abriga uma gama de figuras que, explicitamente, se declaravam anti-intelectuais, como Maurice Barrès, Bertrand Russel e Nelson Rodrigues, complexificando, ainda mais, a definição do intelectual.

Quando falamos em “cultura intelectual” exploramos tais imprecisões e indefinições. Ao relembrarmos o evento quase mítico do “batismo do intelectual”⁵, podemos pontuar que Zola escrevera um protesto no jornal *Aurore littéraire, artistique, sociale* contra os procedimentos adotados no julgamento do capitão judeu Alfred Dreyfus. Tal “protesto” (“protesation”) chamava-se, originalmente, “Carta ao senhor Félix Faure presidente da República”. Porém, o editor do periódico, o político e jornalista Georges Clemenceau, mudou o título, criando o “J’accuse” que acabou tornando-se um “manifesto” e um marco da história intelectual (ORY; SIRINELLI 2011, p. 7). O termo, ademais, ganhou publicidade na reação daqueles que denunciavam tal ação, especialmente Maurice Barrès, que, numa crítica publicada no *Le Journal*, periódico bem maior que o *Aurore*, ao analisar aqueles que apoiavam Zola, viu “uma maioria de simplórios, seguida por estrangeiros e, enfim, alguns bons franceses” (BARRÈS *apud* ORY; SIRINELLI 2011, p. 8-9). Assim, o “intelectual clássico” não dispensava a atuação em um meio de divulgação amplo, associada a uma “jogada” midiática editorial e a uma polêmica pública. É justamente a partir do afastamento de determinados agentes da cena midiática, como jornais, televisão e rádio, que se passa a falar em uma destituição dos intelectuais (ZARKA 2010).

Na perspectiva da “cultura intelectual”, percebemos o intelectual também como uma *função* em um “lugar” construído

5 - Sobre o termo *intellectuel*, Christophe Charle nota sua utilização já em 1830 por Saint-Simon, porém, com significado diverso; e, em 1879, por Maupassant. A referência mais precisa, por sua significação numa acepção coletiva, seria em Léon Bloy em 1886. (CHARLE 1990, p. 56.)

historicamente, ou seja, marcado por relações de poder, interesses, estratégias e controle, e acionado por artistas, escritores, políticos, leitores etc. nos meios de produção de bens simbólicos diversos, a saber: livros, jornais, revistas, televisão, rádio, audiovisual, internet, publicidade etc., assim como associado a instituições, associações, partidos, coletivos e grupos, e não apenas com a identificação de um *ethos*, o pertencimento à determinada linhagem de pensamento ou característica formal de sua produção. Podemos, assim, tanto falar de uma ação intelectual de leitores que enviavam cartas às seções de “a pedidos” dos jornais, questionando o fim do ensino laico na Primeira República no Brasil (TOLENTINO 2016, p. 585-586), quanto construir criticamente uma avaliação sobre a atuação de intelectuais profissionais que, atualmente, produzem materiais virtuais decisivos nas disputas eleitorais das principais democracias do mundo, construindo interpretações, avaliações, visões de mundo e juízos sintéticos em torno das realidades nacionais. Ambas compõem a cultura intelectual que é uma perspectiva para a abordagem dos processos culturais e políticos do mundo moderno e contemporâneo.

REFERÊNCIAS

A REVOLUÇÃO burguesa no Brasil e o capitalismo dependente. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 abr. 1978, p. 75.

AGUIAR, Ronaldo C. **Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro**. São Paulo: Paralelo 15, 2000.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos. **Para um programa de historia intelectual**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto da poesia pau-brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1924, p. 5.

ARDUINI, Guilherme R. De Júlio Maria à Ação Católica: contribuições para a história do laicato católico brasileiro. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. Anais...* Disponível em: <https://bit.ly/2XvwC6t>. Acesso em: 9 mar. 2019.

BARRASH, Jeffrey A. Virtual experience, collective memory, and the configuration of the public sphere through the mass media. The example of Ex-Yugoslavia. **Configurações**, n.17, p. 11-29, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/3280>. Acesso em: 31 out. 2019.

BARREIRA, Irllys; CÔRTEZ, Soraya; LIMA, Jacob C. A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e o campo da pós-graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 13, p. 76-103, mai.-ago. 2018. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/377>. Acesso em: 31 out. 2019.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1975.

BERRIEL, Carlos E O. **Dimensões de Macunaíma**: Filosofia, gênero e época. 1987. 201 f. Dissertação (mestrado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP.

BLUMENBERG, Hans. **Teoria da não conceitualidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BOMENY, Helena (org). **Constelação Capanema**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, v. 82, p. 139-159, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100007. Acesso em: 31 out. 2019.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

BRANDÃO, Gildo M. Linhagens do pensamento político brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a01v48n2.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

BUENO, Luís. **Uma História do Romance de 30**. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006.

BUNTENMULLER, Alberto; LYRA, Christina. As brasilianistas, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 abr. 1976, p. 86-88.

CARDOSO, Vicente L (Org). *À Margem da História da República*. Recife: FUNDAJ, 1990.

CARVALHO, José M de. História intelectual o Brasil: a retórica como chave e leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, jan.-dez. 2000.

CASANOVA, Pascale. **La République mondiale des Lettres**. Paris: Éditions du Seuil, 2008.

CHACON, Vamireh. **Da Escola de Recife ao Código Civil**. Artur Orlando e sua geração. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1969.

CHARLE, Christophe. **Naissance des "intellectuels"**. 1880-1900. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

CHIARELLO, Natal. Pensadores brasileiros. **O pioneiro**, Caxias do Sul, 10 set. 1949, p. 3.

COUTINHO, Carlos N. Luzes e sombras. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 fev. 1989, p. 47-48.

Cuba quer lançar edição de Casa-Grande e Senzala. **Diário de Pernambuco**, Recife, 9 mar. 1980, p. 9.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DECLARAÇÕES do chefe do movimento dissidente do integralismo ao "Diário da Noite". **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 abr. 1937, p. 3.

DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.

DUTRA, Eliana de F. A nação nos livros: a biblioteca ideal na *Coleção Brasileira*. In: DUTRA, Eliana de F; MOLLIER, Jean-Yves (ORG). **Política, Nação e Edição**. São Paulo: Annablume, 2006.

DUTRA, Eliana de F. **Rebeldes e literário da República**: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? **Estudos Avançados**, v. 1, n. 1, p. 9-58, 1987.

FERNANDES, Florestan. Prefácio. VASCONCELOS, Gilberto. **Ideologia curupira**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FIGUEIREDO, Vera L F. Exílios e diásporas. *In*: GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel. **O papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 133-148.

FRANZINI, Fábio. **À Sombra das Palmeiras**: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). 2006. 220 f. Tese. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História Social. Universidade de São Paulo, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Recife: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. Meu caro Faoro. **Diário de Pernambuco**, 22 jan. 1984, p. 11.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Vol I. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1974.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Vol II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

GIDDENS, Anthony. Classical Social Theory and the Origins of Modern Sociology. **American Journal of Sociology**, v. 81, n. 4, p. 703-729, jan. 1976. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2777595?seq=1>. Acesso em: 31 out. 2019.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela M de C; OLIVEIRA, Lúcia L; VELLOSO, Mônica P. **Estado Novo**. Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: FGV, 1982.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). **Intelectuais mediadores**. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e interpretações do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, v. 82, p. 87-107, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a04n82.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

HARDMAN, Francisco F. **Nem pátria, nem patrão**: memória operária, cultura e literatura. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Ed PUC Rio, 2006.

LAPA, Ronaldo. Apodrece em Niterói a memória social do país até 1950. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 nov. 1978, p. 15.

LEME, Dom Sebastião. Ação Católica. **O Jornal** – (Terceira Seção), Rio de Janeiro, 20 nov. 1927, p. 11.

LIVROS Novos do Dia. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1944, p. 3.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil**: Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Unesp, 1999.

LUSTOSA, Isabel. **Brasil pelo método confuso**: humor e boemia em Mendes Fradique. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.

LYNCH, Christian E C, Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n;19, p. 75-119, jan. – abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n19/2178-4884-rbcpol-19-00075.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

LYNCH, Christian E C, Por que *Pensamento* e não *teoria*? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000400001. Acesso em: 31 out. 2019.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARIA, Júlio. A igreja e o povo. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, de abr. 1898, p. 1.

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras. 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. Volume 1. São Paulo: Vértice: IDESP, 1998, p. 410-460.

MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 74, p. 63-87, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v36n73/1806-9347-rbh-2016v36n73-005.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

MENEZES, Djacir de (Org). **O Brasil no pensamento brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 1998.

MEUCCI, Simone. **Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil**: da sistematização à constituição do campo científico. Tese. Programa de Doutorado em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006, 319 f.

MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores e sociabilidades na cidade imperial. 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOSSE, George L. Souvenir de la guerre dans l'identité culturelle du national-socialisme, **Vingtième siècle**, no 14, janvier-mars, 1994, 51-59.

MOSSORÓ Livre. **Libertador – Diário da Tarde – Órgão da Sociedade Cearense Libertadora**, Fortaleza, 22 out. 1883, p. 2.

NACIONALISMOS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 e 10 jul. 1967, p. 6.

NAXARA, Maria R C. **Estrangeiro em sua própria terra**. Representações do trabalhador nacional (1870-1920). 1991. Dissertação. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

NOIRIEL, Gérard. **Dire la vérité au pouvoir: les intellectuels em question**. Paris: Agone, 2010.

OBORG, Eduardo. Senhor de Engenho. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 fev. 1988, p. 51.

OLIVEIRA, Lúcia L. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean F. **Les intellectuels en France**. Paris: Perrin, 2011.

POCOCK, John G A. Historia intelectual: un estado del arte. **Prismas** – Revista de historia intelectual, no 5, 2001, pp. 145-173.

PATRONI. O código das recompensas. **Correio do Imperador ou O direito de Propriedade**, Rio de Janeiro, 25 jan. 1836b, p. 3-4.

PATRONI. Prospecto. **Correio do Imperador ou o Direito de propriedade**, Rio de Janeiro, 15 nov. 1836a, p. 1-2.

PAULA, Christiane J de; RODRIGUES, Cândido M. **Intelectuais e militância católica no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

PEREIRA, Luísa R. **O povo na história do Brasil**. Linguagem e historicidade no debate político (1750-1870). Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

REIS, José C. **Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais**. Londrina: EDUEL, 2018.

RIBEIRO, Darcy. Prólogo. *In*: FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande y Senzala**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. IX-XLI.

RIBEIRO, João. Notas avulsas, O spenglerismo. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 15 set. 1923, p. 1.

RIO, João do. **O momento literário**. Curitiba: Criar, 2006.

RODRIGUES, Anna M M. **A Igreja na República**. Brasília: UNB, 1981.

RODRIGUES, Lidiane S, Rivalidades científicas e metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, Sociologia e Ciência Política. **Urbana**: urban affairs and public policy, v. 18, p. 71-95, 2017.

ROMANO, Roberto. **Brasil**: Igreja contra Estado (Crítica ao populismo católico). São Paulo: Kairós, 1979.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SANTIAGO, Silviano. **A literatura brasileira precisa superar o paradigma da formação e entrar no da inserção**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2xMgkMI>. Acesso em: 17 ago. 2019

SANTOS, Wanderley G. **Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro 1870-1965**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SHILD, Susana. Nelson por Nelson. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1987, p. 37.

SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. **Prismas – revista de historia intelectual**, n. 4, p. 149-191, 2000.

SKOLAUDE, Mateus S. **Raça e nação em disputa**: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937). 2016. Tese. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

SOCIOLOGIA aplicada. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 out. 1972, p. 32.

SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUSA, Octávio T de. **Evaristo da Veiga**. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1936.

SOUZA E SILVA, Antonio C de. Liberalismo à brasileiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 mai. 1979, p. 41.

TEIXEIRA, Luiz G S. **O traço como texto**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

TOLENTINO, Thiago L T. **Do ceticismo aos extremos**: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928). 2016. Tese. Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TOLENTINO, Thiago L. T. Pensamento Social Brasileiro hoje: história e crítica. *In*: MARTINS, Maro Lara (Org). **Intelectuais, cultura e democracia**. São Paulo: Perse, 2018. p. 11-40.

TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados**: escrita etnográfico e tempo histórico no Brasil oitocentista. 2009. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

UMA CONFERÊNCIA de Agripino Grieco. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 set. 1933, p. 8.

UMA CONFERÊNCIA do sr. Gilberto Amado sobre Nietzsche. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1934, p. 11.

VELLOSO, Monica P. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Petrópolis: KBR, 2015.

VIEIRA, Amir. Brazil, where are you? **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 jul. 1987, p. 51.

VITA, Luís Washington. **Antologia do pensamento social e político no Brasil**. São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda., 1968.

ZARKA, Yves C. **La destitution des intellectuels**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Thiago Lenine Tito Tolentino 

thiago_lenine@yahoo.com.br
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia
Minas Gerais
Brasil

Agradeço à CAPES pela bolsa de Pós-Doutorado (PNPD) que financiou esse trabalho junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

RECEBIDO EM: 02/MAIO/2019 | APROVADO EM: 22/JUL./2019